

A guerrilha dos “sabichas”, privado contra público

Pululam por aí agora, como uma moda, uns certos iluminados, que opinam sobre tudo com ar de grandes sábios informados, os “sabichas”. Esgrimem argumentos de uma mão cheia de nada e outra de coisa nenhuma, mas, claro, dá-se-lhe relevo e espaço, porque servem a “causa” dos que já não têm causa, nem remédio.

Brandem com grande convencimento, o relambório hipócrita do igualitarismo, apelidado de “convergência” entre o público e o privado, confundindo a opinião pública, e atijando-a, com a pérfida arma da inveja, tão cara, aos incautos e desinformados.

Serve esta introdução para caracterizar a guerrilha que esses “senhores” trazem ao “debate” querendo, e se calhar, de alguma forma, conseguindo penetrar em muitas franjas da sociedade, a propósito das pensões pagas aos funcionários do Estado em contraponto com as que são devidas aos trabalhadores do regime geral contributivo da Segurança Social.

E vêm com dados do que se passará em certos estados dos Estados Unidos da América, pretendendo equivalências e termos de comparação económica, social e culturalmente absurdos e maquiavélicos. Por que não se atêm tão só aos países da OCDE e mais restritamente e apropriado da UE onde nos inserimos? Óbvio, que não lhes convém porque as suas teses e diatribes caem por terra!

Vejamos :

De que dados objetivos se servem? Acaso pediram ao Ministério das Finanças, no caso ao Secretário de Estado que tutela a Administração Pública, o último relatório sobre o inquérito aos recursos humanos ao Serviço das diversas administrações públicas? De certeza que não, nem lhes interessa! Por aí verificariam quão vasto e diverso é o universo do funcionalismo ou equiparado, e que pela sua caracterização só residualmente se podem fazer comparações com o sector privado. Na verdade, que semelhança haverá entre ambos os sectores quando as suas atribuições, relevo nacional, qualificações e funções são tão distintas? O privado por natureza é produtivo e visa o lucro enquanto o público visa a satisfação das necessidades colectivas e o bem comum, a segurança e a dignidade do Estado.

Para além do mais, e descendo ao concreto, atente-se só e apenas na distribuição funcional: mais de 2/3 dos funcionários pertencem aos serviços de saúde, de educação, segurança, corpos inspectivos e de controlo e de defesa nacional (médicos,

enfermeiros, técnicos de diagnóstico e terapêutica, professores dos diversos níveis, PSP, GNR, outros corpos de segurança e vigilância, inspectores de finanças, funcionários do fisco e aduaneiros, muitos outros corpos inspectivos, pessoal de embaixadas e consulados, forças militares dos três ramos, e muitas outras áreas exclusivas das funções básicas do Estado). O que há de comum entre todo este universo complexo e o dos trabalhadores do privado? Muito pouco ou quase nada !!!

Tudo o que se queira dizer nesta litania chocalheira a favor da pretensa convergência, é pura demagogia arremesso de areia para os olhos das pessoas, **na tentativa de justificar políticas de rapina sobre os rendimentos e pensões dos funcionários públicos, é contrário à história do País e das instituições e uma afronta vil à Constituição da República**, que não foi por acaso que consagrou no seu texto os três sectores distintos, o público, o privado e o social.

Lisboa, 6 de Dezembro de 2013

Francisco Filipe